



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



ANTEPROJETO DE LEI Nº 283/2011

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.


Art. 1º - A Junta Comercial do Paraná deverá exigir dos interessados Certidão Negativa de Débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual, nos casos de arquivamento dos seguintes atos:

- I - Alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis;
- II - distrato e extinção de sociedades mercantis;
- III - cancelamento de firmas individuais;
- IV - instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Parágrafo único - Nas hipóteses de incorporação, fusão e cisão de sociedade, a Certidão Negativa será exigida para o arquivamento do ato da sociedade incorporada, fusionada ou cindida.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 28 de março de 2011, 190º da Independência e 123º da República.


CARLOS ALBERTO RICH
Governador do Estado



MENSAGEM

Curitiba, 28 de março de 2011

Nº 003/2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Augusta Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei versando sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

O presente projeto de Lei visa tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos de alteração contratual em que haja retirada dos sócios ou redução do capital de sociedades mercantis; distrato e extinção de sociedades; cancelamento de firmas individuais e instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Excelentíssimo Senhor

Deputado Valdir Rossoni

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

N/CAPITAL

Prot.10.982.367-8



Mostra-se necessária tal obrigatoriedade por esta ser um instrumento valioso e consistente na luta contra a sonegação fiscal, que retira dos cofres públicos parte considerável dos recursos destinados à implementação de muitos programas de governo de que tanto necessitam a cidadania paranaense como um todo.

Por muitas vezes empresas registram seus atos não obstante estarem inadimplentes com a Fazenda Estadual, dando azo, inclusive, a possíveis sonegações fiscais.

Desta forma, para solução do problema apresentado, mostra-se imperioso elaboração de Projeto de Lei.

Primeiramente, cumpre salientar que a Constituição Federal, em seu artigo 24, estabelece que a competência para legislar sobre juntas comerciais é concorrente da União, Estados e Distrito Federal, conforme abaixo transcrito:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

III - juntas comerciais;

(...)

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil

D.J.
Fls 05

§ 3º - Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º - A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Sendo assim, de acordo com o artigo supra da Carta Magna, entende-se que na competência legislativa cabe a União editar normas gerais e aos Estados e ao Distrito Federal suplementar, complementar a legislação federal.

No caso em discussão, temos o Decreto Federal nº. 1.800/96, que regulamentou a Lei Federal nº. 8.934/94, lei esta que disciplina o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades afins.

Desta forma, havendo norma geral que discipline a matéria, cabe aos Estados e Distrito Federal legislar com o intuito de suplementar a Legislação Federal.

Sendo assim, importante mencionar que o Decreto Federal nº. 1.800/96, em seu artigo 34, parágrafo único, prevê a possibilidade de inclusão de documento diverso dos previstos em seus incisos, desde que estabelecido mediante determinação legal. Vejamos:

Art. 34. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

I - instrumento original, particular, certidão ou publicação de autorização legal, de constituição, alteração, dissolução ou extinção de firma mercantil individual, e sociedade mercantil, de cooperativa, de ato de consórcio e de grupo de sociedades, bem como de declaração de microempresa e de empresa de pequeno porte, datado e assinado, quando for o caso, pelo titular, sócios, administradores, consorciados ou seus procuradores e testemunhas;



ESTADO DO PARANÁ
Casa Civil



II - declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

III - ficha do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, segundo modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - comprovantes de pagamento dos preços dos serviços correspondentes;

V - prova de identidade do titular da firma mercantil individual e do administrador de sociedade mercantil e de cooperativa:

(...)

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. (Grifo nosso)

Destarte, em forma de complementar norma geral e evitar o dano eminente ao erário estadual, torna-se imprescindível a elaboração de Projeto de Lei sendo este o instituto destinado ao alcance dos objetivos almejados.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembléia Legislativa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHIA
Governador do Estado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/2011

Projeto de Lei nº 283/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 003/11

Súmula: Versa sobre a obrigatoriedade da apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos em que dispõe.

EMENTA: OBRIGATORIEDADE APRESENTAÇÃO CND JUNTA COMERCIAL. COMPETÊNCIA AFERIDA. ARTIGO 24, III, § 1º e §2º. CF. ARTIGO 13, III, 65. CE. ARTIGO 124 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei em análise, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto a Fazenda Pública Estadual nos casos de arquivamentos de alguns atos perante a Junta Comercial, tais como: alteração contratual em que haja retirada de sócios ou redução de capital de sociedades mercantis; distrato e extinção de sociedades mercantis; cancelamento de firmas individuais e; instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição Estadual, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Após verificar a possibilidade de iniciativa para a propositura do referido projeto de lei, deve-se averiguar a competência para legislar sobre a matéria em pauta.

A **CONSTITUIÇÃO FEDERAL** da República Federativa do Brasil assim estabelece e determina especificamente a competência com relação ao tema em análise:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

III – juntas comerciais;

A **CONSTITUIÇÃO ESTADUAL** do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:

(...)

III – juntas comerciais;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

Ou seja, quando se está diante de serviços referentes às juntas comerciais caberá tanto a União quanto ao Estado definir as normas; desde que cada um respeite a sua respectiva competência.

Como se trata de competência concorrente, importante destacar o § 1º e 2º do artigo 24 da CONSTITUIÇÃO FEDERAL:

§ 1º - No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º - A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

Aliás, existe norma federal sobre o referido tema Lei Federal n.º 8.934/94 que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, inclusive determina como serão as Juntas Comerciais, conforme segue:

Art. 5º Haverá uma junta comercial em cada unidade federativa, com sede na capital e jurisdição na área da circunscrição territorial respectiva.

Art. 6º As juntas comerciais subordinam-se administrativamente ao governo da unidade federativa de sua jurisdição e, tecnicamente, ao DNRC, nos termos desta lei.

(...)

Art. 8º Às Juntas Comerciais incumbe:

I - executar os serviços previstos no art. 32 desta lei;

(...)

Art. 32. O registro compreende:

(...)

II - O arquivamento:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

- a) dos documentos relativos à constituição, alteração, dissolução e extinção de firmas mercantis individuais, sociedades mercantis e cooperativas;
 - b) dos atos relativos a consórcio e grupo de sociedade de que trata a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976;
 - c) dos atos concernentes a empresas mercantis estrangeiras autorizadas a funcionar no Brasil;
 - d) das declarações de microempresa;
 - e) de atos ou documentos que, por determinação legal, sejam atribuídos ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins ou daqueles que possam interessar ao empresário e às empresas mercantis;
- III - a autenticação dos instrumentos de escrituração das empresas mercantis registradas e dos agentes auxiliares do comércio, na forma de lei própria.

Ainda, o Decreto Federal nº 1.880/96 vem regulamentar a Lei Federal supracitada e assim determina as regras para arquivamento de alguns atos:

Art. 34. Instruirão obrigatoriamente os pedidos de arquivamento:

- I - instrumento original, particular, certidão ou publicação de autorização legal, de constituição, alteração, dissolução ou extinção de firma mercantil individual, e sociedade mercantil, de cooperativa, de ato de consórcio e de grupo de sociedades, bem como de declaração de microempresa e de empresa de pequeno porte, datado e assinado, quando for o caso, pelo titular,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Constituição e Justiça

sócios, administradores, consorciados ou seus procuradores e testemunhas;

II - declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; (Redação dada pelo Decreto nº 3.395, de 2000)

III - ficha do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE, segundo modelo aprovado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC;

IV - comprovantes de pagamento dos preços dos serviços correspondentes;

V - prova de identidade do titular da firma mercantil individual e do administrador de sociedade mercantil e de cooperativa:

(...)

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.

Ocorre que, verificando as legislações federais, percebe-se que existe espaço para que o Poder Executivo Estadual realize o exercício de sua competência suplementar.

Sendo assim, o Poder Executivo realmente detém competência para propor o presente Projeto de Lei.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Por fim, quanto à técnica legislativa, o Projeto de Lei em questão não encontra óbice frente à Lei Complementar 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMAR TRAIANO
RELATOR










Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 283/11

O presente projeto de lei de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 03/11, tem por objetivo tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débito inscrito em dívida ativa junto à Fazenda Pública Estadual nos casos de alteração contratual em que haja retirada dos sócios ou redução do capital de sociedades mercantis: distrato e extinção de sociedades; cancelamento de firmas individuais e instrumentos de transformação de tipo jurídico, cisão, incorporação e fusão de sociedades.

Após parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, encaminhou-se o presente Projeto de Lei para análise nesta Comissão de mérito.

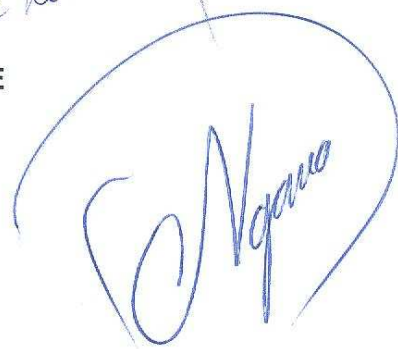
É de se ressaltar a relevância da matéria ora versada, uma vez que consiste na luta do Estado contra a sonegação fiscal. Que retira dos cofres públicos parte dos recursos destinados à implementação de muitos programas de governo de que tanto necessitam a cidadania paranaense.

Chamada esta relatoria a se manifestar, entendemos **não haver óbice** à normal tramitação do presente Projeto de Lei e assim somos por sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 27 de abril de 2011.


DEPUTADO ANDRÉ BUENO
PRESIDENTE


DEPUTADO CLEITON KIELSE
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 283/2011 MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO

EMENDA 01
PLENÁRIO
DAP
10/05/11

SÚMULA: Inclui-se onde couber ao Projeto de Lei nº 283/2011 de autoria do Poder Executivo, artigo com a seguinte redação:

Art. 1º- Inclui-se artigo no Projeto de Lei 283/2011, com a seguinte redação:

Art. (...) - Para os efeitos desta lei, dar-se-á às micro e pequenas empresas o tratamento disposto no artigo 9º, seus incisos e parágrafos da Lei Complementar Federal 123/2006.

Plenário das Sessões 9 de maio de 2011.

Dep^a Luciana Rafagnin

1

Dep. Péricles de H. Mello

2

Dep. Toninho Wandsheer

3

Dep. Enio Verri

4

Dep. Elton Welter

5

Dep. Prof. Lemos.

6



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei objeto da emenda supra, visa tornar obrigatória a apresentação de certidão negativa de débitos inscritos em dívida ativa junto a Fazenda Pública do Estado do Paraná, nos casos em que dispõe.

Com efeito, a referida obrigatoriedade tornar-se-á importante instrumento do Executivo no sentido de reduzir a sonegação fiscal, que resulta em redução de recursos do Estado destinados ao implemento das políticas públicas tão necessárias ao atendimento da sociedade paranaense como um todo.

A Constituição federal em seu artigo 24 estabelece a competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal para legislar sobre a matéria em análise. Neste sentido, existindo norma geral federal, cabe ao Estado legislar no sentido de suplementar a referida norma, com fundamento no que prevê o art. 34, § Único do Decreto Federal 1.800/96, nos seguintes termos:

Parágrafo único. Nenhum outro documento, além dos referidos neste Regulamento, será exigido das firmas mercantis individuais e sociedades mercantis, salvo expressa determinação legal, reputando-se como verdadeiras, até prova em contrário, as declarações feitas perante os órgãos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins. (grifei)

Pelo exposto, mostra-se pertinente e oportuna a elaboração do presente Projeto de Lei, par o pleno alcance dos objetivos do Poder Executivo nesta seara.

Entretanto, ainda que o Executivo tenha a legitimidade e competência para a propositura em análise, não consta no Projeto de Lei qualquer proposta no sentido de tratamento diferenciado, destinado a tratar de forma diferente na lei, os que são diferentes no plano sociológico.

Na medida em que se exige de todas as empresas, para os casos previstos no presente projeto de lei, desconsiderando elementos como capacidade econômica, potencial e função social, rendimento de caráter alimentar, bem como os demais elementos que efetivamente diferenciam as micro e pequenas empresas das demais, está-se aplicando o princípio constitucional da igualdade às avessas, pois a democracia em qualquer instância demanda o emprego do princípio da igualdade na sua dimensão substancial. Este deve ser dinâmico no sentido de promover a igualização das condições consoante as respectivas necessidades. Como lembra Cappelletti, "tratar como iguais sujeitos que econômica e socialmente estão em desvantagem, não é outra coisa senão uma ulterior forma de desigualdade e injustiça". (Apud Hertel, Daniel Roberto. Reflexos do princípio da isonomia no direito processual. Agosto 2005). É necessário tratar os iguais de forma igual e os desiguais de forma desigual.

A plena realização da justiça exige, assim, a isonomia substancial. É necessário, portanto, conceder-se um tratamento



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

A plena realização da justiça exige, assim, a isonomia substancial. É necessário, portanto, conceder-se um tratamento diversificado àqueles que se encontram em situações distintas. Ademias, já existe lei federal assegurando o referido tratamento desigual e é neste sentido que se propõe a emenda em epígrafe, com fundamento na Lei Complementar Federal 123/2006 que assim prescreve:

Art. 9º O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

§ 1º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações são dispensados das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza.

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 3º No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referido no caput deste artigo, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte que se encontre sem movimento há mais de 3 (três) anos poderá solicitar a baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 4º A baixa referida no § 3º deste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores.

§ 5º A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 3º deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 6º Os órgãos referidos no caput deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 7º Ultrapassado o prazo previsto no § 6º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 8º Excetuado o disposto nos §§ 3º a 5º deste artigo, na baixa de microempresa ou de empresa de pequeno porte aplicar-se-ão as regras de responsabilidade previstas para as demais pessoas jurídicas.

§ 9º Para os efeitos do § 3º deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

Porquanto, a emenda acima proposta, visa corrigir uma lacuna no Projeto de Lei em tela e assegurar às micros e pequenas empresas o tratamento disposto na Lei Complementar Federal nº 123/2006 para os efeitos do Projeto de Lei em análise.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

PARECER À EMENDA DE PLENÁRIO N. 01 OFERECIDA
AO PROJETO DE LEI 283/11 – MENSAGEM 03/11

Projeto de Lei nº 283/11 – MENSAGEM 03/11

Autor: Poder Executivo

Súmula: Inclui-se onde couber ao Projeto de Lei n. 283/11 de autoria do Poder Executivo, artigo com a seguinte redação:

EMENTA: EMENDA DE PLENÁRIO. INCLUSÃO DE ARTIGO VISANDO O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS. LEI COMPLEMENTAR 123/2006 JÁ GARANTE TRATAMENTO DIFERENCIADO. ILEGAL. REJEIÇÃO.

PREÂMBULO

A presente Emenda de Plenário de autoria da Bancada do Partido dos Trabalhadores, objetiva incluir artigo no sentido de dar tratamento diferenciado às micros e pequenas empresas, de acordo com o art. 9º da Lei Complementar Federal n. 123/2006.

FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda Aditiva 01 de Plenário, de autoria dos Deputados Luciana Rafagnin, Péricles de H. Mello, Toninho Wandsheer, Enio Verri, Elton Welter e Prof. Lemos, proposta em segunda discussão, visa incluir artigo no sentido de dar tratamento diferenciado às micros e pequenas empresas.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

No entanto, a Constituição Federal em seu art. 146, inciso III, alínea "d", determina à **Lei Complementar** estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Art. 146. Cabe à lei complementar:

III - estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:

d) **definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte**, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no art. 155, II, das contribuições previstas no art. 195, I e §§ 12 e 13, e da contribuição a que se refere o art. 239.

Deve-se frisar que o projeto em que se pretende a inclusão da emenda em discussão não é um projeto de lei complementar, mas sim um projeto de lei ordinária.

Desta forma, é impossível incluir dispositivo legal que defina tratamento diferenciado para microempresas e para as empresas de pequeno porte, sob pena de ferir frontalmente o disposto no art. 146 da Constituição Federal.

Ademais, as regras próprias para a matéria, objeto da presente Emenda Aditiva, já foram estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, conforme dispositivo a seguir transcrito:

Art. 9º O registro dos atos constitutivos, de suas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, dos 3 (três) âmbitos de governo, ocorrerá independentemente da regularidade de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas, principais ou acessórias, do



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

empresário, da sociedade, dos sócios, dos administradores ou de empresas de que participem, sem prejuízo das responsabilidades do empresário, dos sócios ou dos administradores por tais obrigações, apuradas antes ou após o ato de extinção.

§ 1º O arquivamento, nos órgãos de registro, dos atos constitutivos de empresários, de sociedades empresárias e de demais equiparados que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte bem como o arquivamento de suas alterações são dispensados das seguintes exigências:

I - certidão de inexistência de condenação criminal, que será substituída por declaração do titular ou administrador, firmada sob as penas da lei, de não estar impedido de exercer atividade mercantil ou a administração de sociedade, em virtude de condenação criminal;

II - prova de quitação, regularidade ou inexistência de débito referente a tributo ou contribuição de qualquer natureza.

§ 2º Não se aplica às microempresas e às empresas de pequeno porte o disposto no § 2º do art. 1º da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994.

§ 3º No caso de existência de obrigações tributárias, previdenciárias ou trabalhistas referido no caput deste artigo, o titular, o sócio ou o administrador da microempresa e da empresa de pequeno porte que se encontre sem movimento há mais de 3 (três) anos poderá solicitar a baixa nos registros dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais independentemente do pagamento de débitos tributários, taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das respectivas declarações nesses períodos, observado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo.

§ 4º A baixa referida no § 3º deste artigo não impede que, posteriormente, sejam lançados ou cobrados impostos, contribuições e respectivas penalidades, decorrentes da simples falta de recolhimento ou da prática, comprovada e apurada em processo administrativo ou judicial, de outras irregularidades praticadas pelos empresários, pelas microempresas, pelas empresas de pequeno porte ou por seus sócios ou administradores.

§ 5º A solicitação de baixa na hipótese prevista no § 3º deste artigo importa responsabilidade solidária dos titulares, dos sócios e dos administradores do período de ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 6º Os órgãos referidos no caput deste artigo terão o prazo de 60 (sessenta) dias para efetivar a baixa nos respectivos cadastros.

§ 7º Ultrapassado o prazo previsto no § 6º deste artigo sem manifestação do órgão competente, presumir-se-á a baixa dos registros das microempresas e a das empresas de pequeno porte.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

§ 8º Excetuado o disposto nos §§ 3º a 5º deste artigo, na baixa de microempresa ou de empresa de pequeno porte aplicar-se-ão as regras de responsabilidade previstas para as demais pessoas jurídicas.

§ 9º Para os efeitos do § 3º deste artigo, considera-se sem movimento a microempresa ou a empresa de pequeno porte que não apresente mutação patrimonial e atividade operacional durante todo o ano-calendário.

Considerando que a Lei Complementar nº 123/2006 já estabelece tratamento diferenciado para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive sobre o registro de seus atos constitutivos, respectivas alterações e extinções (baixas), referentes a empresários e pessoas jurídicas em qualquer órgão envolvido no registro empresarial e na abertura da empresa, e que a referida norma é auto-aplicável, entendemos ser desnecessária a Emenda Aditiva proposta.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **REJEIÇÃO** da presente Emenda Aditiva, ante a competência prevalente da Lei Complementar nº 123/2006 sobre a matéria.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.


DEP. NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEP. ADEMAR TRAIANO
RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 186/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a "Ação Social Comunitária de Campina Grande do Sul".

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Ação Social Comunitária de Campina Grande do Sul", com sede e foro no Município de Campina Grande do Sul.

.. Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 229/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a Associação Vitória da Melhor Idade de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeira Soares.

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Vitória da Melhor Idade de Teixeira Soares, com sede e foro no Município de Teixeira Soares.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 235/2011

Súmula: Declara de utilidade pública a Intervidas – Brasil.org, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 1º- Fica declarada de Utilidade Pública a Intervidas – Brasil.org, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 25 de maio de 2011.


ALEXANDRE CURI
PRESIDENTE


RELATOR



Projeto de Lei Complementar nº 350/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em 26 ABR. 2011

[Assinatura]
1º Secretário

Súmula: Regulamenta os §§ 1º e 2º e o inciso II, do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, dispondo sobre a publicidade dos atos praticados no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo dos Municípios.

Art. 1º Nos termos dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, do art. 27 da Constituição Estadual, todos os atos dos poderes públicos municipais, deverão atender ao princípio da publicidade de modo a permitir que qualquer consulente saiba sua origem, destinação e os fundamentos pelos quais foram produzidos.

Parágrafo Único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica aos documentos que, nos termos da lei, sejam gravados com sigilo.

Art. 2º Para efeito do disposto no artigo anterior, os atos oficiais deverão ser veiculados, obrigatoriamente, por meio eletrônico, junto ao Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

§ 1º A obrigação de veiculação de que trata o *caput* deste artigo alcança os atos administrativos praticados pelos Poderes Executivo e Legislativo municipais, incluindo as respectivas administrações diretas indiretas, que importem em realização de despesas públicas e, em especial:

- a) as aquisições e locações de bens móveis e imóveis;
- b) as doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza;
- c) a admissão, nomeação, demissão, exoneração aposentadorias de servidores e empregados públicos, incluídos os comissionados; e
- d) a contratação de fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º Os municípios que mantenham serviços eletrônicos por meio dos quais promovam, em suas respectivas páginas de internet, a

1520 26/04/2011 08:22:54 DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARANÁ

[Assinatura]
②
[Assinatura]
③
[Assinatura]

[Assinatura] ④
[Assinatura] ⑤
[Assinatura] ⑥
[Assinatura] ⑦



publicação de Diário Oficial Municipal, por meio das quais se garanta amplo e livre acesso às publicações dos atos oficiais, ficam dispensados da veiculação, por meio do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

Art. 3º Além da veiculação de que trata o artigo anterior, os atos que impliquem efetivação de despesas e relacionados à aquisição e locação de bens móveis e imóveis, doações, cessões e operações financeiras de qualquer natureza e a compra ou contratação de serviços, incluindo os respectivos editais de licitação, deverão ser, obrigatoriamente, publicados em mídia impressa.

Parágrafo Único. A escolha do veículo para publicação, em mídia impressa, dos atos de que trata este artigo, deverá se dar mediante procedimento licitatório que propicie a participação de jornais de ampla circulação no município ou região em que este se situa.

Art. 4º A publicação de que trata o § 2º, do art. 27, da Constituição Estadual deverá se dar nos termos do art. 2º desta Lei Complementar.

Art. 5º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Parágrafo Único. Os municípios deverão se adequar ao disposto na presente Lei Complementar até o dia 1º de janeiro de 2012, cabendo ao Tribunal de Contas a fiscalização do cumprimento dos termos desta Lei Complementar.

Art. 6º Fica revogada a Lei 16.238, de 30 de setembro de 2009.

Sala das Sessões,

VALDIR ROSSONI
Deputado

Plauto Miró Guimarães
Deputado



JUSTIFICATIVA

A sociedade passa por profundas mudanças e entre as mais significativas está a tomada de consciência quanto a sua responsabilidade perante o controle da Administração Pública. Neste sentido vem promovendo movimentos sociais que culminaram e culminam com a demanda de balizamentos legais e, até mesmo, judiciais, pelos quais se impele o administrador público a dar maior efetividade aos pressupostos constitucionais, notadamente o da publicidade, como forma de garantir que o conhecimento e a destinação da prática administrativa esteja ao alcance de todo cidadão.

É neste contexto que a publicidade dos atos administrativos importa na garantia ao pleno acesso aos atos emanados de todos os poderes e em todas as esferas de governo, seja por meio da internet, seja por meio de divulgação na mídia e se constitui em um dos mais poderosos instrumentos de aferição da qualidade da Administração Pública, além de coibidor da má gestão.

A obrigatoriedade de dar publicidade aos atos administrativos está prevista nos §§ 1º e 2º, do Art. 37, da Constituição Federal e se faz reproduzida no Art. 27 da Constituição Estadual.

Neste sentido, foi aprovada nesta Casa a Lei nº 16.595/10, chamada "**Lei Estadual da Transparência**", que nascida de uma movimentação popular pela transparência dos Poderes Públicos, estabelece que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e dos seus órgãos, devam ser publicados no Diário Oficial do Estado.

A presente proposta de Lei Complementar, regulamentadora do dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, todos do artigo 27 da Constituição Estadual tem o mesmo objetivo.

Uma vez aprovada, a Lei Complementar certamente irá se constituir em mais um e importante instrumento de controle administrativo.



A sociedade passa por profundas mudanças e entre as mais significativas está a tomada de consciência quanto a sua responsabilidade perante o controle da Administração Pública. Neste sentido vem promovendo movimentos sociais que culminaram e culminam com a demanda de balizamentos legais e, até mesmo, judiciais, pelos quais se impele o administrador público a dar maior efetividade aos pressupostos constitucionais, notadamente o da publicidade, como forma de garantir que o conhecimento e a destinação da prática administrativa esteja ao alcance de todo cidadão.

É neste contexto que a publicidade dos atos administrativos importa na garantia ao pleno acesso aos atos emanados de todos os poderes e em todas as esferas de governo, seja por meio da internet, seja por meio de divulgação na mídia e se constitui em um dos mais poderosos instrumentos de aferição da qualidade da Administração Pública, além de coibidor da má gestão.

A obrigatoriedade de dar publicidade aos atos administrativos está prevista nos §§ 1º e 2º, do Art. 37, da Constituição Federal e se faz reproduzida no Art. 27 da Constituição Estadual.

Neste sentido, foi aprovada nesta Casa a Lei nº 16.595/10, chamada "**Lei Estadual da Transparência**", que nascida de uma movimentação popular pela transparência dos Poderes Públicos, estabelece que todos os atos oficiais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e dos seus órgãos, devam ser publicados no Diário Oficial do Estado.

A presente proposta de Lei Complementar, regulamentadora do dos §§ 1º e 2º e do inciso II, do § 4º, todos do artigo 27 da Constituição Estadual tem o mesmo objetivo.

Uma vez aprovada, a Lei Complementar certamente irá se constituir em mais um e importante instrumento de controle administrativo.



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 24 MAIO 2011

1º Secretário

Requer "Regime de Urgência"
para a votação do Projeto de Lei
Complementar nº350/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requer, após ouvido o Douto Plenário, "Regime de Urgência" para a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 350/11, que regulamenta dispositivos do artigo 27 da Constituição Estadual, a Lei da Transparência Municipal.

Sala das Sessões, em 24 de maio de 2011.

Deputado Valdir Rossoni
Presidente

Deputado Plauto Miró Guimarães
1º Secretário

15:53 24/05/2011 003537 DEP. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO PARANÁ

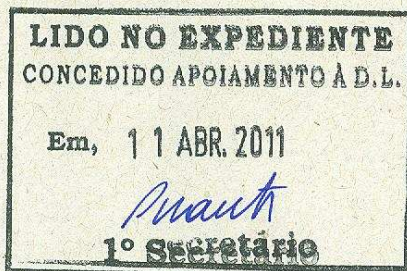


Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL RENI PEREIRA



Projeto de Lei nº 307/11



S ú m u l a : Declara de Utilidade Pública a
"Associação do Projeto Luz do Mundo"
com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a "Associação do Projeto Luz do Mundo", com sede e foro no município de Guaratuba.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 11 de abril de 2011.


RENI PEREIRA
Deputado Estadual - PSB

JUSTIFICATIVA

A "Associação do Projeto Luz do Mundo", é uma associação de direito privado, sem fins econômicos, de caráter assistencial e educacional, sem cunho político ou partidário, com a finalidade de atender a população independente de classe social, raça, nacionalidade, sexo, cor ou crença, tem também por finalidades: promover cursos direcionados ao crescimento espiritual, atuar na defesa dos direitos humanos, em relação a saúde, direitos jurídicos dos cidadãos, promover o desenvolvimento de atividades relacionadas a cultura, a música, ao teatro e a dança, atuar na área educacional, buscando a valorização profissional e a aplicação de cursos relacionados a cultura regional, com ênfase a culinária e gastronomia.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres pares desta Augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de utilidade pública estadual a "Associação do Projeto Luz do Mundo", do município de Guaratuba.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 307/2011

Projeto de Lei nº. 307/2011
Autor: Deputado Estadual Reni Pereira

Súmula: Declara de Utilidade Pública a
"ASSOCIAÇÃO DO PROJETO LUZ DO MUNDO", com sede e foro no Município de
Guaratuba.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
- LEI Nº 6.994/78 - REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Reni Pereira, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **"ASSOCIAÇÃO DO PROJETO LUZ DO MUNDO"**, com sede e foro no Município de Guaratuba.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.




Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

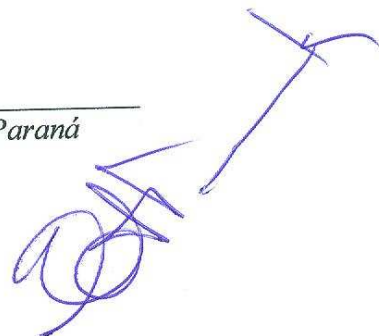
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUÍLIO GENARI
RELATOR







Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

D.L.

Fle. 01

LIDO NO EXPEDIENTE

CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 12 ABR. 2011

1º Secretário

PROJETO DE LEI Nº 320/2011.

Súmula: Declara de Utilidade Pública o Centro Educacional Betel, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. 1º Fica Declarado de Utilidade Pública o Centro Educacional Betel, com sede e foro no Município de Guarapuava.

Art. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12 de abril de 2011.

CANTORA MARA LIMA

Deputada Estadual



JUSTIFICATIVA

O Centro Educacional Betel, é uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Guarapuava, com duração indeterminada que tem como mantenedora a Igreja Evangélica Assembléia de Deus, substituiu a Associação Comunitária de Guarapuava – ASCOGUA mediante alteração feita através da ata nº 04 de julho de 2010. Não tem fins lucrativos e sua diretoria executiva, bem como seu Conselho Deliberativo e Fiscal estão proibidos pelo artigo 40 do Capítulo VI – Das Disposições Gerais e Transitórias – de receber qualquer lucro, gratificação ou vantagem sob qualquer forma ou pretexto.

O Centro Educacional Betel, é regido pelos estatutos próprios, registrado no Cartório Vitorassi de Guarapuava.

Estando apresentados todos os documentos exigidos encontra-se em condição de se candidatar à proposição de Utilidade Pública no Estado do Paraná.

Desta forma, pedimos o apoio dos demais pares para a sua aprovação.



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 320/2011

Projeto de Lei nº. 320/2011

Autor: Deputada Estadual Mara Lima

Súmula: Declara de Utilidade Pública o **CENTRO EDUCACIONAL BETEL**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Estadual Mara Lima, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual o **CENTRO EDUCACIONAL BETEL**, com sede e foro no Município de Guarapuava.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

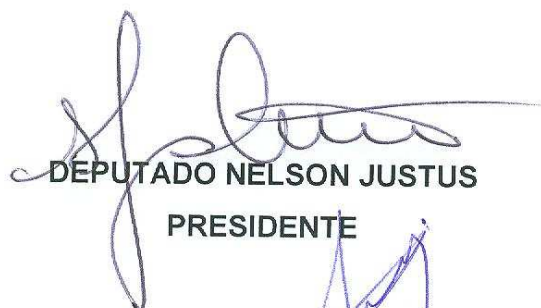


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

CONCLUSÃO

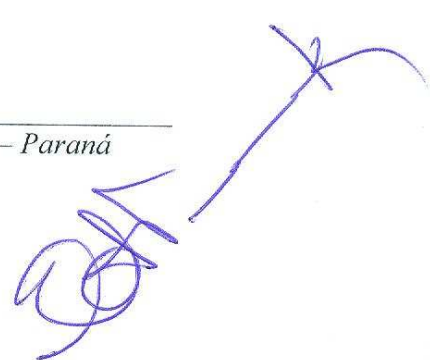
Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DÚLIO GENARI
RELATOR





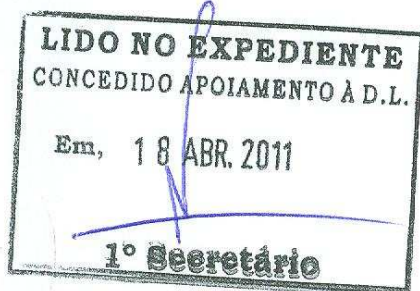


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO



PROJETO DE LEI Nº 333///



A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Súmula: Declara de Utilidade Pública a Associação Farolense de Produtores de Leite (AFAPROL).

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FAROLENSE DE PRODUTORES DE LEITE (AFAPROL) com sede no município de Farol e foro no município de Campo Mourão.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor em sua data de Publicação.

Sala das Sessões, em 18 de Abril de 2011.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual

15440 18/04/2011 002067 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Gabinete do DEPUTADO DOUGLAS FABRÍCIO

Justificativa

A Associação Farolense de Produtores de Leite (AFAPROL) tem desenvolvido ações no sentido de proporcionar aos seus associados melhores condições na produção, qualidade e comercialização do leite.

A AFAPROL se caracteriza como uma entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ - Cadastro Nacional de Personalidade Jurídica sob nº 10570097/0001-21, que tem como objetivos principais a integração e intermediação entre produtores de leite da região de Farol, buscar informações técnicas para os produtores, reivindicar melhor preço e firmar parcerias, contratos com outras associações e/ou órgãos públicos.


DOUGLAS FABRÍCIO
Deputado Estadual



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 333/2011

Projeto de Lei nº. 333/2011

Autor: Deputado Estadual Douglas Fabrício

Súmula: *Declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FAROLENSE DE PRODUTORES DE LEITE (AFAPROL), com sede no município de Farol e foro no Município de Campo Mourão.*

**EMENTA: DECLARAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA
– LEI Nº 6.994/78 – REQUISITOS
PREENCHIDOS - PARECER FAVORÁVEL.**

PREÂMBULO

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Estadual Douglas Fabrício, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública Estadual a **ASSOCIAÇÃO FAROLENSE DE PRODUTORES DE LEITE (AFAPROL)**, com sede no município de Farol e foro no Município de Campo Mourão.

FUNDAMENTAÇÃO

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pelas Leis nº 8.589/87 e 12.816/99, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Por fim, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

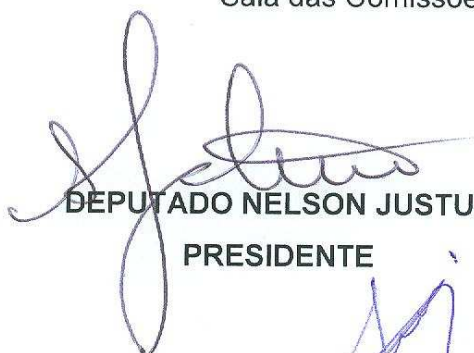


Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

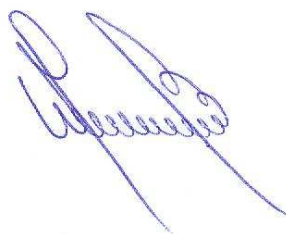
CONCLUSÃO

Assim, somos de parecer **FAVORÁVEL** à normal tramitação do projeto de lei em análise.

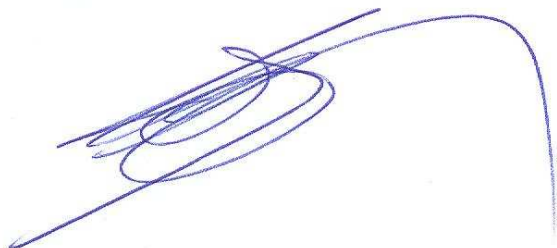
Sala das Comissões, em 17 de maio de 2011.

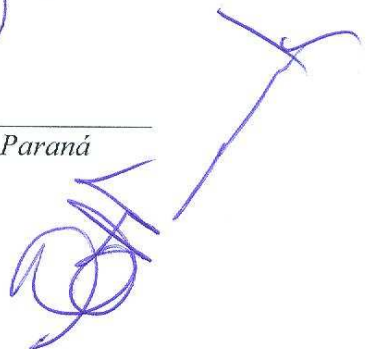

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO DUILIO GENARI
RELATOR











Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Projeto de Lei nº 450/11

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A.D.L.

Em, 30 MAIO 2011

1º Secretário

• **Súmula:** Dispõe sobre remanejamento, cessão e disponibilidade funcional de servidores efetivos do Quadro Funcional da Assembleia Legislativa.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu, nos termos do Art. 87, da Constituição do Estado do Paraná, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os Gabinetes Parlamentares, as Comissões Permanentes e os Blocos Temáticos em funcionamento, nos termos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, poderão contar, em sua composição, com 01 (um) servidor efetivo.

§ 1º A atuação do servidor de que trata este artigo ficará restrita à atividade de apoio administrativo, sendo vedada a sua designação para o exercício de funções de cunho político, no âmbito de escritório parlamentar ou fora da sede da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

§ 2º Ressalvadas as vantagens inerentes ao cargo efetivo ocupado pelo servidor, é vedada a concessão ou acréscimo de gratificação ou vantagem à remuneração do servidor efetivo, lotado nos termos do *caput*.

§ 3º O servidor efetivo a que se refere o *caput*, ficará submetido ao controle de frequência adotado para os demais servidores da estrutura administrativa do Poder Legislativo.

Pravito

[Assinatura]



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

Art. 2º No prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei, a Assembleia Legislativa fará publicar a relação dos servidores efetivos, com a respectiva lotação.


§ 1º Os servidores que, no prazo de que trata este artigo, não estiverem devidamente lotados no âmbito da estrutura administrativa da Assembleia Legislativa ou na forma prevista no art. 1º desta Lei ficarão sujeitos ao processo de disposição funcional para aproveitamento em outros órgãos da administração pública estadual.

§ 2º Caso o servidor, de que trata o parágrafo anterior, não opte pelo processo de disposição funcional, o seu cargo, por Ato da Comissão Executiva da Assembleia Legislativa, poderá ser considerado como desnecessário, hipótese em que o servidor poderá ser colocado em disponibilidade funcional, nos termos do § 3º, do Art. 36, da Constituição Estadual.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,


VALDIR ROSSONI
Presidente


PLAUTO MIRO GUIMARÃES
1º Secretário


RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

J U S T I F I C A T I V A

A presente proposição tem por objetivo regulamentar o aproveitamento de servidores efetivos, dispondo sobre o aproveitamento no âmbito dos Gabinetes Parlamentares e sobre a possibilidade de cessão dos servidores excedentes para aproveitamento em outros órgãos da administração pública estadual.

Ao mesmo tempo o projeto regulamenta o processo para a eventual declaração da desnecessidade do cargo público e disponibilidade funcional dos servidores da Assembléia Legislativa.

Neste contexto, a Proposição vem ao encontro do processo de transparência e de regularização administrativa da Assembleia Legislativa e, por isso, pedimos o apoio dos Senhores Parlamentares



REQUERIMENTO

APROVADO

À Diretoria Legislativa.

Em, 30 MAIO 2011


1º Secretário

**Requer “Regime de Urgência”
para a votação do Projeto de Lei
nº 450 /11.**

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, requerem, após ouvido o Douto Plenário, “Regime de Urgência” para a tramitação do Projeto de Lei nº 450/11, que trata do remanejamento, cessão e disponibilidade funcional de servidores do Quadro Efetivo da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 30 de maio de 2011.


Deputado Valdir Rossoni
Presidente


Deputado Plauto Miró Guimarães
1º Secretário



REQUERIMENTO

SÚMULA: Requer a Transformação da Sessão Plenária de 31 de maio, próximo em Comissão Geral de Plenário para votação do Projeto de Lei nº 450/11.

Alexandre C.
ALEXANDRE C. (18)

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições legais e regimentais, **requer**, com fundamento no art. 107 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o Douto Plenário, diminuição de interstício e transformação da Sessão Plenária de 31 maio de 2011 em Comissão Geral de Plenário para discussão e votação do Projeto de Lei 450/11.

Sala das Sessões em, 30 de maio de 2011.

Rossoni
Deputado Valdir Rossoni
Presidente

Plauto Miró Guimarães
Deputado Plauto Miró Guimarães
1º Secretário

Amador Bueno
Amador Bueno (17)

Nelson
NELSON (16)

Silvan
Silvan (15)

Rossetti
ROSENETTI (12)

Mara Lina
MARA LINA (11)

Dayrson
Dayrson (7)

MATIAS
MATIAS (6)

Tadeu
TADEU (5)

SENA VACA
SENA VACA (8)

MAURO MORRIS
MAURO MORRIS (14)

ROSENETTI
ROSENETTI (12)